

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.922, DE 2003

Institui Normas Gerais de Segurança Contra Incêndios e dá Outras Providências.

Autor: Deputado José Rajão

Relator: Deputado Luciano Castro

I - RELATÓRIO

A proposta sob crivo pretende instituir normas gerais de segurança contra incêndios, estabelecendo, com a finalidade de implementá-las e fiscalizar seu cumprimento, um “sistema nacional de segurança contra incêndios”, integrado pelos distintos níveis da federação. Tal matéria compreende os arts. 34 a 43 da proposição sob análise, agrupados sob o título “Da Organização Institucional da Segurança contra Incêndios” e representa o único tema, no bojo do projeto, sobre o qual deve manifestar-se este colegiado.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, aberto para apresentação de emenda ao projeto, nenhuma foi recebida.

II - VOTO DO RELATOR

A tese de que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação é a única Comissão Técnica apta a apurar agressões ao ordenamento constitucional merece aplicação cuidadosa em relação a este colegiado. Existem normas de distribuição de competência na Carta Magna que precisam ser

observadas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, não sob a ótica da admissibilidade, mas para ver se não há matéria de mérito ofuscada por ditames constitucionais.

Os artigos sob exame representam bom exemplo da validade dessa afirmação. É de todo evidente que se viu o ilustre autor inibido pelas restrições constitucionais que impedem ao Legislativo imiscuir-se na organização de unidades administrativas do Poder Executivo, assim como impõem obstáculos a que se legisle, no âmbito da União, para Estados e Municípios.

Tolhido por tais parâmetros, o projeto termina normatizando de forma vazia o sistema que cria, atribuindo seu conteúdo prático a normas posteriores, parecendo que as únicas determinações efetivas são as que obrigam tais regras a disciplinarem a matéria de forma integrada com as que se referem à defesa civil. Essa é uma recomendação de algum bom senso, mas que poderá ou não ser seguida pelos legisladores locais ou pelo Poder Executivo, este último ao exercer, com autonomia, o poder regulamentar decorrente da lei de que se cuida, o que retira dos artigos em tela a aplicabilidade e faz com que se recomende não sejam aproveitados.

Em conclusão, sem entrar no mérito dos demais dispositivos da lei sob crivo, que escapam à competência deste colegiado, vota-se pela exclusão dos arts. 34 a 43 do projeto a que se refere o presente parecer, na forma da emenda supressiva em anexo, visto que nada acrescentam ao texto da pretensa lei.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

PROJETO DE LEI Nº 1.922, DE 2003

Institui Normas Gerais de Segurança
Contra Incêndios e dá Outras Providências.

EMENDA SUPRESSIVA DO RELATOR

Suprimam-se os arts. 34 a 43 do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator